

PREFÁCIO

Luiz Carlos Bresser-Pereira

Prefácio a Longo, Carlos Alberto *Economia Brasileira – A transição inacabada*. São Paulo: Atlas, 1994: 11-13.

Quando alguém escreve regularmente para os jornais, como é o caso de Carlos Longo, acaba por se transformar em um cronista de seu tempo. E quando essa crônica é de boa qualidade, como é o presente caso, torna-se oportuna sua publicação na forma de livro. Professor de economia da Universidade de São Paulo, especialista em finanças públicas com várias obras publicadas sobre o assunto, Longo é um economista de primeira linha que há muito vem tendo a coragem de expor suas idéias através de artigos freqüentes na imprensa. Coragem, sim, porque para o intelectual é muitas vezes mais cômodo, ou mais seguro, manter-se encastelado na teoria, nas idéias gerais. Escrever para a imprensa diária e semanal obriga a mergulhar no dia-a-dia, lidar com problemas concretos, que são por definição complexos e ambíguos, apesar de sua aparente banalidade, exatamente porque não estão sujeitos às explicações teóricas simples. Longo, entretanto, enfrenta essa dificuldade sem problemas, a partir de um excelente conhecimento da teoria econômica e da economia brasileira, e de um estilo de escrever claro e agradável.

O período coberto por esse livro é fascinante: 1985 a 1994. Começa com grandes esperanças, que logo se transformam em populismo: recuperada a democracia, tudo parecia possível. É nesse quadro que surge o Plano Austral na Argentina e logo em seguida o Plano Cruzado, no Brasil. Ambos extraordinariamente bem formulados, a partir da teoria da inflação inercial, que havíamos desenvolvido na América Latina na primeira metade dos anos 80. Os planos eram teoricamente bem formulados, mas, para derrotarem a inflação, necessitavam ser acompanhados por um ajuste fiscal severíssimo, já que a crise da dívida externa levava as economias latino-americanas a uma profunda crise fiscal. Fracassaram nesse ponto. O populismo econômico foi mais forte. Para Longo o caráter

inercial da inflação brasileira já estava claro em 1985, como já estava clara a necessidade de uma reforma fiscal que simplificasse o sistema tributário e o tornasse menos regressivo, ou seja, menos oneroso para os trabalhadores e a classe média.

O período prossegue com o aprofundamento da crise da dívida externa, a moratória brasileira de 1987, a definição da dívida como um problema fiscal, e as propostas inovadoras do Brasil visando a securitização da dívida e a desvinculação entre os bancos e o FMI, também desse ano. E com um segundo congelamento de emergência, que levará meu nome. Nesse momento, de prefaciador, me transformo em objeto de análise do livro de Longo. Como jornalista da *Folha*, Longo me acompanha na primeira viagem a Washington, em julho de 1987. Seus artigos-reportagens, que aparecem neste livro, são um excelente relato das idéias que estavam então surgindo.

Após minha demissão do Ministério da Fazenda, dada a falta de apoio para meu plano de ajuste fiscal, o drama continua com o Plano Feijão com Arroz, em que se procura voltar à ortodoxia pura sem sucesso, com uma negociação convencional da dívida externa em 1988 que levará o Brasil a nova moratória um ano depois, e com o Plano Verão, em janeiro de 1989 – um novo congelamento em que, na impossibilidade de realizar o ajuste fiscal dentro do governo Sarney, se procura conjugar com a política monetária, mais especificamente com uma absurda política de juros reais altos. Estes juros, entretanto, tinham que ser pagos pelo Estado. A “denúncia” que eu próprio fizera da crise fiscal, em 1987, tornava-se óbvia para todos. O Estado estava quebrado. Obrigado a pagar juros próximos a 20 por cento ao mês, esta falência o impediria de honrar sua dívida interna mobiliária. Estava aberto o caminho para a hiperinflação, que se concretizaria no início do ano seguinte.

Antes temos as eleições presidenciais, que Longo registra. Apenas Covas e Collor tinham programas coerentes. Vitorioso Collor, estava claro para Longo a necessidade de um profundo choque. Quando este acontece, Longo, como todos nós, o apoiará. Mas estão claras para ele as dificuldades que terão que ser enfrentadas. Não se surpreende, portanto, quando o Plano Collor I e o Plano Collor II fracassam. Entre os dois planos, Longo não percebe que houvera um terceiro plano, rigorosamente ortodoxo e monetarista: o Plano Éris, entre maio e dezembro de 1990. O Plano Collor I foi na verdade abandonado em 15 de maio de 1990, quando o governo desiste de prefixar os salários, ou seja, por uma política de rendas, e opta por uma âncora monetária: o Plano Éris, que, apesar de todo o

esforço fiscal e monetário do governo, fracassa no final do ano, mostrando mais uma vez o caráter endógeno da moeda quando a inflação é inercial.

Segue-se outro plano ortodoxo, o Plano Marcílio (maio 1991-setembro 1992), que Longo examina rapidamente, porque neste momento é ele que está prestando sua colaboração ao governo, participando da comissão de reforma tributária. É outro plano ortodoxo que fracassa, ao mesmo tempo que taxas de juros reais escandalosamente altas provocam recessão e aumentam a dívida interna do governo, que o Plano Collor I havia parcialmente cancelado.

Finalmente, chegamos a 1994, como novas esperanças e novas frustrações, que o livro de Longo apenas delinea. Na verdade, a história continua, e o cronista em um certo momento deve encerrar sua crônica. Uma crônica rica em fatos e idéias, em esperanças e frustrações. Uma crônica que um dos melhores e mais equilibrados economistas do Brasil soube fazer com isenção e firmeza.

O governo Itamar Franco começa em setembro de 1993 após a suspensão e posterior *impeachment* de Collor. Os primeiros meses são turbulentos, uma sucessão de ministros. Afinal, toma posse Fernando Henrique Cardoso e depois de algum tempo apresenta seu plano de estabilização, uma reforma monetária baseada em uma âncora cambial, precedida de um período de conversão dos contratos na moeda antiga para uma nova moeda-índice – a URV. Desta forma, será possível criar as condições de dolarização – e, portanto, de um relativo equilíbrio de preços relativos – artificialmente. E assim viabilizar a reforma monetária, que extinguirá o cruzeiro real e transformará a URV em uma moeda estável. O processo, entretanto, de introdução do novo plano, vem sendo longo, difícil. O próprio plano não está plenamente definido.

Longo, que inicialmente permaneceu calado, afinal impacientou-se e deixa clara sua impaciência e sua descrença em seus últimos artigos. Sou mais otimista do que ele, mas não há dúvida de que seus argumentos são poderosos e nos obrigam a pensar. Na verdade, o importante é que obriguem os responsáveis pelo plano FHC a pensar, porque, assim, talvez possam evitar erros desnecessários.

Março 1994